

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2615/2018-PGJ, DE 1º.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2310/2018-PGJ, de 5.7.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Moisés Casarotto ao Procurador Regional Eleitoral, para atuar na 9ª Zona Eleitoral, de forma que, onde consta: Período – 14 a 20.7.2018; passe a constar: Período – 14 a 21.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2616/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na sessão plenária do Júri do dia 7.8.2018, na comarca de Dourados, referente à Ação Penal nº 0003651-51.2015.8.12.0019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2617/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 17 e 18.5 e 7.6.2014, a serem usufruídos nos dias 8, 9 e 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2618/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 12 a 14 de novembro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2619/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os Promotores de Justiça Daniella Costa da Silva, Fabrícia Barbosa Lima, Lia Paim Lima, Ludmila de Paula Castro Silva, Magno Oliveira João, Moisés Casarotto, Paulo Leonardo de Faria e Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, Diretores dos Núcleos Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Mato Grosso do Sul, para participarem da 2ª Reunião Ordinária de 2018, que ocorrerá na sala de reuniões da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 17 de agosto de 2018, às 14h.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2620/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, por ter atuado no período de 29.12.2015 a 6.1.2016, a serem usufruídos nos dias 4 e 5 de outubro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2621/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 8 (oito) dias de licença para casamento, a partir de 14 de julho de 2018, nos termos do inciso VII do artigo 139, e do artigo 155, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2622/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1999/2018-PGJ, de 14.6.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 15 e 16.7.2017 e 3.2.2018, que seria usufruída nos dias 8, 9 e 10.10.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2623/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amílcar Araujo Carneiro Junior 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a ser usufruído no dia 10.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2628/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 7.11.2015, a ser usufruído no dia 20.8.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2632/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Inocência, no período de 1º a 3.8.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2633/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Procedimento Administrativo no 09.2017.00002658-9, em trâmite perante a 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2626/2018-PGJ, DE 1º.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 30.7 a 8.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 2627/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 30.7.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 2630/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte em que se concedeu férias regulamentares e a conversão em abono pecuniário ao então servidor João Pedro Bordignon Bruel.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 2631/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Ottoni Sá Leal de Figueiredo, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.7.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 24.8.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002035-1.

2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001081-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001351-0.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001957-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004316-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003382-4.

4. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001480-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004060-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001380-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001728-3.

5. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002221-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002858-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000555-7.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001421-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001017-9.

7. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001306-5.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.000000727-0.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001577-4.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004313-3.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001755-0.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001177-8.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004173-5.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 14/2015.

15. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000605-3.

16. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000161-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000475-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001042-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001187-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001260-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001922-6.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 11/2017.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001479-7.

19. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001965-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000826-2.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002709-2.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.0000869-5.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.0000970-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.0000956-1.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 6/2014.

4. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.0001185-6.

6.2.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 5/2014.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000977-2.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001151-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001039-0.

6.2.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 17/2011.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002365-9.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000172-1.

6.2.4. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002300-4.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002140-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000027-0.

6.2.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001375-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001631-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001183-0.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000209-0.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.000000165-4.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000913-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001052-0.

6. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000327-0.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000937-2.

8. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001126-7.

9. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001315-7.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 12/2016.
- Inquérito Civil nº 16/2016.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002366-0.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001764-0.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001996-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002371-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001492-7.

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001383-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001008-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002113-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001016-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002119-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002129-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001711-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001336-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001337-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001691-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002116-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002118-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002372-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002122-8.

6.2.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001051-3.

6.2.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002380-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001793-9.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 93/2014.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000801-4.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000697-8.

7. Ordem do dia:

7.1. Processo com Pedido de vista:

1. Inquérito Civil nº 21/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa com favorecimento e/ou superfaturamento de produtos fornecidos à municipalidade de Corumbá em aquisição de plantas ornamentais e mudas nos anos de 2010 a 2012.

Conselheiro-Relator: Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

Voto-vista: Edgar Roberto Lemos de Miranda

Julgamento adiado, na reunião do dia 17.7.2018, em face do pedido de vista do Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda, após o Relator votar pelo declínio de atribuição. Os demais Conselheiros aguardam.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001209-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Antônio Marcos Martins Ribeiro

Assunto: Apurar a poda de árvores em logradouro público, ocorrido na Cidade de Guia Lopes da Laguna, sem autorização do órgão competente, praticado por Antônio Marcos Martins Ribeiro.

2. Inquérito Civil nº 6/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jefferson Chiodale

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 10,4 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, em propriedade rural localizada no município de Amambai.

3. Inquérito Civil nº 1/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste, representado pelo Prefeito Adão Unírio Rolim e a Sociedade Rossi Lourenço Advogados, representada por Vladimir Rossi Lourenço

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da contratação sem licitação de prestação de serviços de assessoria jurídica da sociedade Rossi Lourenço Advogados, sob a justificativa de inexigibilidade de licitação pela notória especialização (art. 25, II, da Lei 8.666/93).

4. Inquérito Civil nº 14/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ex-prefeito Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na administração pública municipal ao longo de todo o ano de 2012, conforme apurado no processo TC nº 6.079/2013.

5. Procedimento Preparatório nº 2/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Musse Materiais para Construção Ltda.

Assunto: Apurar possível prática de ilícito ambiental consistente na extração de cascalho sem o indispensável licenciamento ambiental.

6. Inquérito Civil nº 60/2014

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul - COREN/MS

Requeridos: Fundação Municipal de Saúde de Dourados - FUNSAUD e o Hospital da Vida

Assunto: Averiguar eventual irregularidade no quadro de pessoal, estrutura física e rotinas hospitalares adotadas no hospital.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000144-6 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000054-4 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000122-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de possível violação às normas urbanísticas de postura municipal e ambientais em razão da prática de poluição sonora pelo abuso na utilização de instrumentos sonoros em residência localizada na Rua Jaraguá, Parque dos Ipês III, no município de Ponta Porã/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000674-9 - SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000596-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Santos e Krai Ltda - ME

Assunto: Apurar eventual dano causado ao meio ambiente decorrente do transporte de madeira sem a documentação necessária emitida por órgão ambiental, de acordo com a legislação vigente.

6. Inquérito Civil nº 7/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nailor Antônio Marchezan

Assunto: Fazer funcionamento atividade agropecuária (plantio de arroz irrigado), construir uma casa em alvenaria com 42 metros quadrados, às margens de uma lagoa, fazer uso de água de uma lagoa para irrigação de plantio de arroz e construir aterro medindo 600 metros de extensão em uma área de várzea, sem a autorização do órgão ambiental competente.

7. Procedimento Preparatório nº 10/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Apurar a notícia de prática de ilícitos ambientais na fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada no município de Miranda, em especial a extração de madeira sem autorização.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 17/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Sérgio Balan

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do termo de ajustamento de conduta firmado no PIP 009/PJMA/2006, a fim sanar os danos ambientais decorrentes da extração irregular de aroeira na fazenda Água Viva, município de Miranda, de propriedade de Paulo Sérgio Balan.

2. Inquérito Civil nº 33/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Bonanza

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Bonanza, de propriedade de Nilton Pereira Barbosa, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

3. Inquérito Civil nº 15/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar eventual responsabilidade decorrente da utilização indevida de verba pública do FUNDEB no município de Ribas do Rio Pardo/MS.

4. Inquérito Civil nº 19/2016

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de nepotismo em razão de o filho do Prefeito Municipal de Sete Quedas exercer atividade laboral na Prefeitura Municipal como “assessor” do Prefeito, bem como irregularidades no pagamento de pessoal do quadro de servidores municipais.

5. Inquérito Civil nº 2/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Indústria e Comércio de Laticínios Aporé Ltda.

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais causados pela empresa Indústria e Comércio de Laticínios Aporé Ltda., bem como promover a respectiva reparação.

6. Inquérito Civil nº 8/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cláudio Balzan

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 2,2 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, realizado na fazenda Campo Bom, de propriedade de Cláudio Balzan, localizada no município de São Gabriel do Oeste.

7. Inquérito Civil nº 53/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Mirandópolis

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Mirandópolis, de propriedade de Servandir Ramiro Grou e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

8. Inquérito Civil nº 3/2015

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Gabriela Wendisch

Requeridos: Ocupantes do imóvel localizado na rua Olívio Waldemar Becker, Lote 28 da Quadra 86, Parque Alvorada em Dourados/MS e o município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual problema urbanístico, consistente na construção de uma casa no Logradouro Público, localizado na rua Olívio Waldemar Becker, Lote 28 da Quadra 86, Parque Alvorada em Dourados/MS

9. Inquérito Civil nº 29/2015

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul - SANESUL

Assunto: Apurar eventual omissão da empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL), quanto à sua obrigação de recompor e reparar integralmente as vias públicas objeto de sua intervenção no município de Corumbá/MS.

10. Inquérito Civil n. 06.2016.00001474-5 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 22/2011

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar a qualidade dos produtos fornecidos pelo município de Miranda para realização de merenda nas escolas municipais das aldeias indígenas, bem como se a merenda atende às orientações nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Lei 11.947/2009).

2. Inquérito Civil nº 7/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de irregularidades em procedimento licitatório para contratação de empresa de publicidade e propaganda pela Câmara Municipal de Nova Andradina/MS.

3. Inquérito Civil nº 9/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cione Ujacov Matchil

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 57,5 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica, em estágio inicial de regeneração.

4. Inquérito Civil nº 9/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul/MS

Assunto: Apurar a prática de nepotismo na Administração Pública do Município de Nova Alvorada do Sul.

5. Inquérito Civil nº 21/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento do MS

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado pelo mau cheiro da Estação de Tratamento de Esgoto de Ribas do Rio Pardo/MS.

7.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000920-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Naviraí

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002225-0

10ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empreendimentos Imobiliários Parizotto Ltda.

Assunto: Apurar denúncia realizada pelos moradores do Loteamento Bonanza II, quanto a não ligação de água no bairro pela incorporadora "Empreendimentos Imobiliários Parizzoto".

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001408-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Apurar irregularidades em via pública

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001157-4 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001201-4 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível discriminação por gênero no âmbito da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

6. Inquérito Civil nº 6/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei de Lima

Assunto: Apurar a construção de rancho de pesca a uma distância a menos de 50 (cinquenta) metros da margem esquerda do Rio Coxim, portanto, situada em área de preservação permanente.

7. Inquérito Civil nº 69/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antigo Hotel Primavera, atual Poço Fundo

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Hotel Primavera, de propriedade de Everaldo de Freitas Stupp e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

8. Inquérito Civil nº 6/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Tara

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Estância Tara, de propriedade de Lúcio Martins Coelho, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 25/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1943/2018).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (chaleiras, copos descartáveis, xícaras, guardanapos, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Harmonia Serviços Administrativos Eireli - ME, os itens 1 (R\$4,45), 3 (R\$42,84), 4 (R\$41,79), 15 (R\$8,50), 16 (R\$12,00), 19 (R\$4,50), 24 (R\$28,80), 28 (R\$1,00), 29 (R\$49,50) e 34 (R\$2,50); Youssif Amim Youssif - EPP, os itens 2 (R\$180,00), 5 (R\$90,00), 6 (R\$45,00), 7 (R\$54,00), 10 (R\$37,00), 13 (R\$28,00), 14 (R\$33,00), 18 (R\$67,50), 20 (R\$1,10), 21 (R\$1,04); 22 (R\$1,49), 25 (R\$3,00), 26 (R\$2,50), 27 (R\$2,30), 31 (R\$1,32), 32 (R\$13,25), 33 (R\$6,00), 35 (R\$5,00), 36 (R\$5,00), 38 (R\$7,70) e 40 (R\$4,00); Lucelene Barbosa Nunes Assis - ME, os itens 8 (R\$1,17), 9 (R\$2,40), 23 (R\$3,02), 30 (R\$18,50) e 37 (R\$9,49); e Morena Comércio e Serviço Ltda. - EPP, o item 39 (R\$9,00). Não foram registrados preços para os itens 11, 12 e 17.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 1º de agosto de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 33/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/2520/2018).

Objeto: Aquisição de uniformes (calça tática, camisa, gorro, coturno e cinto), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 16 de agosto de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 27/7/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 1º de agosto de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ, em substituição

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000074 DE 31.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2566/2018.**

Credor: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 06/2017, oriundo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Coordenação Regional de Cuiabá.

Objeto: Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK-UP, cabine dupla com 04 portas laterais, tração 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida; Ano fabricação 2017 ou mais atual; modelo 2017 ou mais atual; Potência mínima 160 CV, motor de no mínimo 2,2L (2.200cm³); vão-livre mínimo de 210mm em relação ao solo; Capacidade de carga mínima útil 965 kg; Tanque de Combustível com capacidade mínima de 75 litros; Motor a Diesel, com 04 cilindros; Direção Hidráulica e/ou Elétrica; Vidro elétrico; Trava Elétrica; Ar-condicionado de fábrica; Air bag duplo frontal; Aplicação de película protetora de raios solares; Jogo de tapetes; pneus originais de fábrica e homologado pela montadora; aro mínimo R16; para-choque de impulsão; Protetor de Câter; Estribos nas laterais; Capota Marítima; Protetor de caçamba; com snorkel homologado e com garantia da montadora; com guincho elétrico de capacidade mínima de 4.5 toneladas a prova d'água, com suporte fixado no chassi do veículo; Cor branca; Para-choques dianteiro e traseiro, padrão de fábrica; Engate traseiro para reboque de acordo com as exigências do CONTRAN ; Rádio AM/FM, CD Player MP3, entrada USB; Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei (triângulo, chave de roda, pneu reserva, etc.); Atender as exigências do PROCONVE. Demais itens de segurança determinados por lei; Licenciado e Emplacado. Obs. conforme Portaria nº 02/2000-SEFAZ e Decreto nº 1977/2000, art. 8º, inciso I, não incide IPVA sobre a propriedade de veículos pertencente a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ter assistência técnica em todo território nacional. (Justificativa da descrição do Item – Vide o Item 2.2 do Termo de Referência. Acrescente-se ainda, que o referido guincho tem que ser a prova d'água, pois a instalação de um guincho normal pode apresentar mal funcionamento se submerso, uma vez que tais veículos serão utilizados em regiões, cujas estradas comumente apresentam ao longo do ano, áreas alagadiças e com grande número de atoleiros, que para serem superados requer que os veículos estejam devidamente equipados com os itens grifados na descrição acima (item 02).

Valor: R\$269.000,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000074 de 31.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000075 DE 31.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2734/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA (lote 1 – item 1.1).

Valor: R\$1.405,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000075 de 31.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000081 DE 31.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2734/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's (lote 1 – item 1.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 1 – item 1.3).

Valor: R\$1.405,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000081 de 31.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL Nº 0044/2018/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002300-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Clube Ubiratan, Posto Gaúcho Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de possível poluição sonora consistente em badernas, som alto, empinação de motos e outros, nas imediações do posto Gaúcho (av. Marcelino Pires), registrada a partir de abaixo assinado de moradores e comerciantes no Jardim Ouro Verde e proximidades.

Dourados, 31 de julho de 2018.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**AMAMBAI****EDITAL Nº 0034/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002320-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Área de Preservação Permanente

Objeto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por existência de edificações em alvenaria em fase inicial, construídas em Áreas de Preservação Permanente, no entorno do Córrego Cabeceira da Lagoa, município de Amambai/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 03/2015/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS

Amambai-MS, 31 de julho de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0035/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002304-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Terceiro: Walkiria Aquino Fonseca, Karl Hermann Hlawensky

Assunto: Flora

Objeto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por assoreamento no Córrego Areião, degradação em área de preservação permanente e formação de processo erosivo em propriedade limdeira ao córrego.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 01/2017/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai-MS, 31 de julho de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0036/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002349-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar declarações, efetuadas por meio do Disque Direitos Humanos, que aduzem eventual prática de crime o contra o Estado de Filiação.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 14/2015/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai-MS, 31 de julho de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0037/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00002898-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai

Objeto: Fiscalização de medidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Secretaria de Saúde do município de Amambai/MS.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Procedimento Administrativo físico n. 12/2016/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai-MS, 31 de julho de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL N° 0094/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS. Procedimento Administrativo n. 09.2018.00002894-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhar providências dos órgãos competentes para a localização da menor M. V. M. C., a qual encontra-se desaparecida.

Bela Vista, 31 de junho de 2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL N° 0010/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002231-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002231-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar indícios de irregularidades apontados no relatório de operações especiais nº 00211.000882/2014-31, ordem de serviço nº 2015000040 da Controladoria-Geral da União – CGU, sobre conluio de empresas participantes de licitação para transporte escolar.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 01/1ªPJ/2017 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Cassilândia-MS, 27 de julho de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0011/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002302-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002302-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar a regularidade da contratação realizada por meio do Pregão nº 47/2014.

Cassilândia-MS, 30 de julho de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 012/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00003127-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00003127-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Corina Terezinha Piva Carletto

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e a requerida: Corina Terezinha Piva Carletto.

Costa Rica/MS, 31 de julho de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 013/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002979-7, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002979-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Altino Corrêa de Moraes (Espólio)

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Altino Corrêa de Moraes (espólio).

Costa Rica/MS, 1 de agosto de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça em Substituição Legal.

COXIM

EDITAL Nº 0113/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002354-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002354-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: MGF Construções LTDA-ME e Aluizio São José.

Assunto: Apurar possível favorecimento do município de Coxim à Empresa MGF Construções LTDA-ME.

Coxim/MS, 31 de julho de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 020/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00002297-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena/MS.

Assunto: Apurar supostas irregularidades em seletiva e contratação de professores pelo Município de Bodoquena/MS.

Miranda/MS, 31 de julho de 2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0105/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002064-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002064-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jandir Fabris

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Rancheira II decorrente de desmatamento ilegal em área especialmente protegida.

Ponta Porã/MS, 31 de julho de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0106/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001970-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001970-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a falta de estrutura e irregularidades existentes no Centro de Atenção Psicossocial de Ponta Porã/MS - IC 24/2013/PJDMAPP.

Ponta Porã/MS, 01 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0107/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001940-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001940-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância do Conselho Municipal de Saúde de Ponta Porã à Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde com relação a sua instituição e funcionamento.

Ponta Porã/MS, 01 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0108/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001994-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001994-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a regularidade e adequação do serviço funerário prestado no município de Ponta Porã/MS - IC 29/2013.

Ponta Porã/MS, 01 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0012/2018/PJ/BND

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001689-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar eventual irregularidade no denominado "projeto lote urbanizado", em Jaraguari/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do MPMS sob o número 11.2018.00000187-9.

Bandeirantes/MS, 31 de julho de 2018

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0013/2018/PJ/BND

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002033-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar as condições de funcionamento do Conselho tutelar de Jaraguari/MS.

Bandeirantes/MS, 31 de julho de 2018

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA

Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2018.00002321-9

Requerente: Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas LTDA. - EPP

Requerido: Município de Inocência

RECOMENDAÇÃO N.º 02/2018/PJINO

O Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça em substituição legal que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal de 1988, artigo 26, incisos I e V e artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), artigo 44 da Resolução 015/2007 – PGJ, de 27 de novembro de 2007¹, e:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição da República de 1988 e art. 27, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a investidura em cargo ou emprego público, ressalvado os cargos em comissão, será precedido de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza do cargo;

CONSIDERANDO que o referido procedimento administrativo para se analisar as aptidões e selecionar os melhores candidatos, ao propiciar as mesmas condições para que todos possam participar, vai ao encontro do intento constitucional, na medida em que o certame se arrima nos princípios da igualdade, moralidade administrativa e competição².

CONSIDERANDO que o serviço público a ser prestado ao ente público municipal é predominantemente intelectual, o que associado ao disciplinado no art. 46, da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), impõe a utilização do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, porquanto deve-se existir corpo técnico suficientemente apto à elaboração de editais, questões, correções das provas e julgamento de recursos³.

CONSIDERANDO que as pecúnias oriundas da arrecadação com os valores das inscrições consubstanciam receitas públicas⁴, nos moldes do insculpido na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, das quais se dessumem os princípios da universalidade, do orçamento bruto e transparência na gestão fiscal. Nesse passo, entendimento do Tribunal de Contas da União, sedimentado no Enunciado Sumular nº 214, *in verbis*: “Os valores correspondentes às taxas

¹ O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover.

² Cf. CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 30.ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

³ Salienta-se que a exigência técnica pode ser admitida; contudo não será critério de avaliação da proposta, conforme art. 45, §1º, inciso I e §3º, da Lei nº 8.666/93.

⁴ Corroborar o mensurado: “Nesse diapasão, não resta dúvida que a taxa cobrada na inscrição do concurso tem natureza de receita própria do ente contratante. Considerada receita pública, deverá obedecer ao regime das despesas e receitas instituído pela Lei Federal nº 4.320/64, devendo ingressar e sair dos cofres públicos obedecendo as regras estabelecidas pelo referido diploma.” (TOURINHO, Rita. Da ação civil pública no controle da contratação para a realização de concurso público. Sergipe, Revista ESMP, v. 1, n. 1. Disponível em: < <http://www.esmp.mpse.mp.br/Portal/RevistaESMP/Revista.html> >.

de inscrição em concursos públicos devem ser recolhidos ao Banco do Brasil S.A., à conta do Tesouro Nacional, por meio de documento próprio, de acordo com a sistemática de arrecadação das receitas federais prevista no Decreto-lei nº 1.755, de 31/12/79, e integrar as tomadas ou prestações de contas dos responsáveis ou dirigentes de órgãos da Administração Federal Direta, para exame e julgamento pelo Tribunal de Contas da União.”⁵

CONSIDERANDO que no procedimento licitatório para a contratação de empresa para realização de concurso público, por meio da modalidade convite nº 05/2018, pode-se observar da carta-convite, a enunciação do tipo menor preço. Outrossim, deduz-se item 9.2.1.3 que os valores das inscrições serão arrecadados pela empresa e posteriormente repassados ao Município de Inocência;

CONSIDERANDO que na cópia do procedimento administrativo encaminhado a esta Promotoria de Justiça, não há certificado de cadastramento, tampouco a proposta da empresa vencedora (KLC – Consultoria em Gestão Pública LTDA), mas, tão somente o envelope;

CONSIDERANDO que bojo do procedimento sobreveio ao conhecimento da comissão permanente de licitação que empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública LTDA. foi alvo de investigações pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso devido a diversas irregularidades no concurso público realizado pela empresa no município de Peixoto de Azevedo/MT, objeto de Recomendação por aquele Órgão de Execução. Mas não é só, este membro Ministerial procedeu a consultas e constatou a existência de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, em desfavor da empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública LTDA., devido a eventual fraude em concurso público no município de Apucarana (autos nº 10847-20.2014.8.16.0044). Ainda, conforme decisão nº 173/2018, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, houve a suspensão cautelar de certame realizado pelo Município de São Carlos do Ivaí, em razão de eventuais irregularidades na modalidade de tipo de licitação envolvendo a mencionada empresa. Por fim, no bojo da mencionada decisão da Corte de Contas foi consignada a existência de tramitação de Inquérito Civil instaurado em 23 de janeiro de 2018 pelo Ministério Público do Estado do Paraná, para averiguar fraude em concurso público realizado no município de São João do Ivaí/PR, pela aludida banca. Com efeito, em que pese a inexistência de condenações por ato de improbidade administrativa⁶, a existência desses fatos devem ser sopesados pelo Gestor Público Municipal, com a devida prudência, submetendo sua análise aos paradigmas axiológicos do certame;

RESOLVE, em defesa do Patrimônio Público e Social e em observância aos princípios da igualdade e moralidade administrativa;

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do município de Inocência/MS, José Arnaldo Ferreira de Melo para que, no prazo de 25(vinte e cinco) dias:

I - promova a anulação do procedimento administrativo nº 88/2018, convite nº 5/2018 e contrato administrativo nº 89/2018, eis que eivados de ilegalidade, no passo que acime fora declinado;

II – considerando que a atividade preponderante do objeto do procedimento licitatório é intelectual, seja utilizado o tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, a teor do que dispõe o art. 46, da Lei nº 8.666/93;

III – sejam os valores oriundos das inscrições no concurso público arrecadados pelo Município de Inocência, em observância ao princípio da unidade de tesouraria – art. 56, da Lei n. 4.320/64;

IV – sejam observados os princípios da licitação – art. 3º, da Lei nº 8.666/93 -, na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal;

V – com esta Recomendação, cientifica-se de que a manutenção do aludido procedimento licitatório e contrato administrativo dele decorrente, importa violação: (i) aos princípios da licitação no art. 3º, da Lei nº 8.666/93; (ii) ao tipo de licitação adequado aos serviços predominantemente intelectuais, conforme art. 46, da Lei nº 8.666/93; (iii) violação aos princípios da universalidade, do orçamento bruto e transparência na gestão fiscal - arts. 6º e 56, da Lei n. 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000; (iv) inobservância da regra insculpida no art. 22, §3º, da Lei nº 8.666/93; sendo o presente instrumento, apto a evidenciar a existência do elemento subjetivos na conduta que o contrariar;

⁵ Nesse sentido: TCU, Acórdão 1618/2018 – Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, DF, Sessão: 18/07/2018; Acórdão 4475/2017 - Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, DF, Sessão: 23/05/2017. Concernente à aplicação dos princípios exarados: TCU, Acórdão 831/2013 – Plenário. Rel. Min. Valmir Campelo, DF, Sessão: 10/04/2013.

⁶ Conforme consulta realizada junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

IV – com este instrumento, fica o Prefeito Municipal de Inocência cientificado a comprovar perante esta Promotoria de Justiça o seu integral cumprimento no prazo de 25(vinte e cinco) dias;

V – fica o destinatário desta Recomendação cientificado de que o seu não atendimento poderá acarretar ajuizamento da medida judicial cabível;

VI – encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Prefeito do município de Inocência, requisitando a devida divulgação, no passo do que disciplina o art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ; ao setor com atribuição para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

VII – decorrido o prazo concedido, com ou sem resposta, certifique nos autos do procedimento.

Inocência, 30 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social em substituição legal